

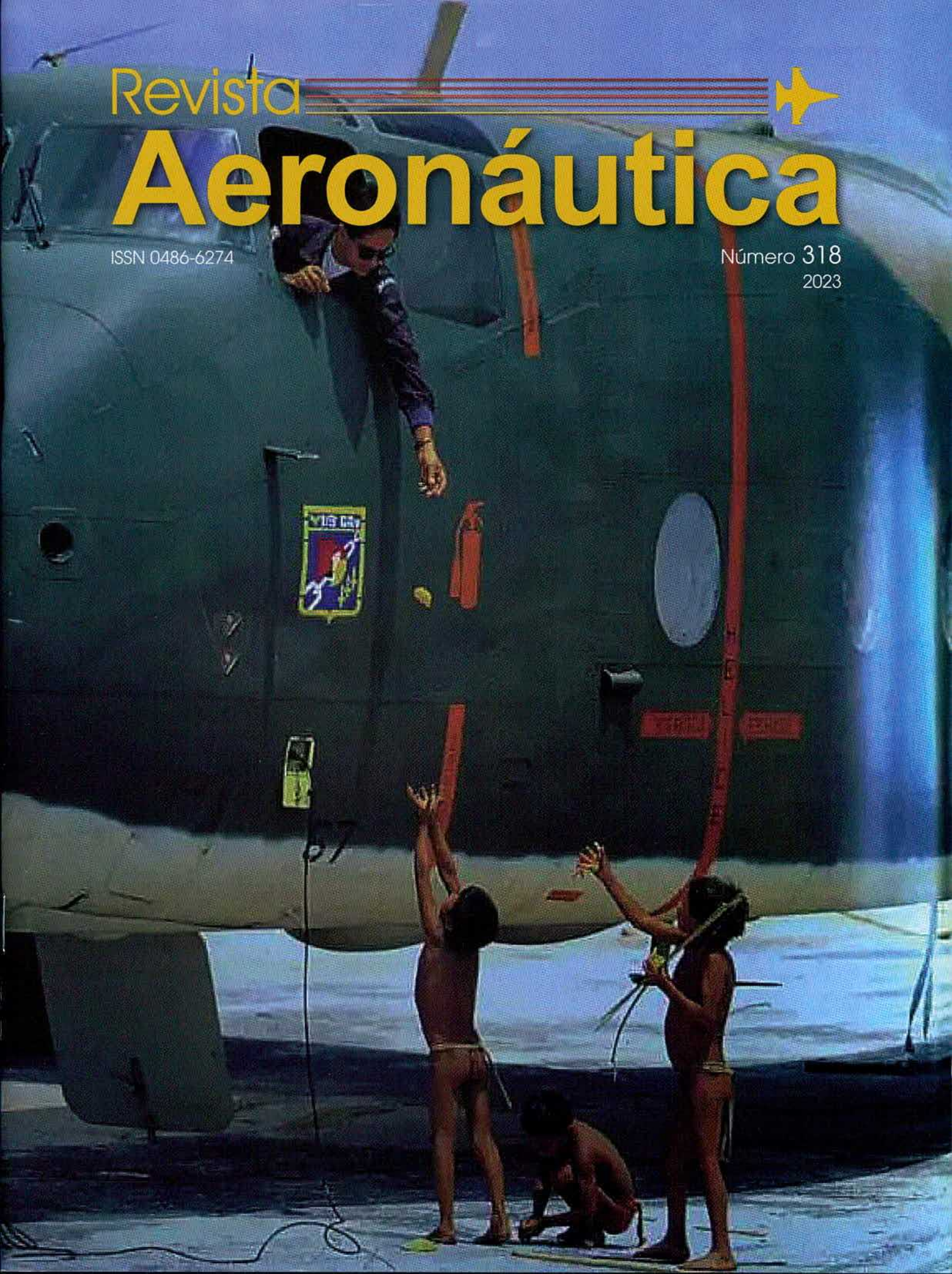
Revista



Aeronáutica

ISSN 0486-6274

Número 318
2023



EXPEDIENTE

Jan a Mar - 2023

Presidente

Maj Brig Ar Marco Antonio
Carballo Perez

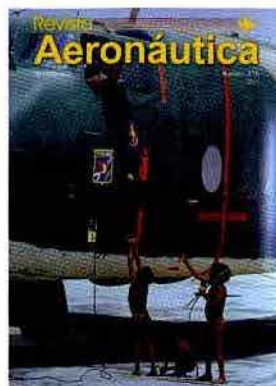
1º Vice-Presidente

Cel Av Paulo Roberto Miranda Machado

2º Vice-Presidente

Brig Inf Augusto Cesar Amaral

Aeronave
de transporte
C-115 Buffalo do
1º/9º GAv.



Fotografe o código
abaixo para ler esta
revista, fazer download
e ou compartilhar as
edições anteriores.



ISSN 0486-6274

SEDE CENTRAL

Praça Marechal Âncora, 15
Rio de Janeiro - RJ - CEP 20021-200
- PABX (21) 2210-3212
Terça-feira a sexta-feira,
das 8h às 12h e 13h às 17h

Superintendente

Cel Av Pedro Bittencourt de Almeida

Diretor Cultural

Cel Av Araken Hipolito da Costa

Diretor Social, Tecnologia da Informação e Hotel

Cel Av Ajauri Barros de Melo

Diretor Financeiro e Patrimonial

Cel Int Genivaldo Bezerra de Oliveira

Diretor Administrativo

Cel Int Carlos Alberto Macedo de Brito

Diretor de Contratos

Ten Cel Esp Sup Evandro José Barros Leite

Diretor Beneficente e Secretaria-Geral

Cap Adm Ivan Alves Moreira

Dep. Comunicação Social

Cecilia Ferreira

SEDE BARRA

Av. Raquel de Queiroz, s/nº
Rio de Janeiro - RJ - CEP 22793-100
- (21) 3325-2681
Quarta-feira a domingo, das 9h às 17h30

Superintendente

Cel Inf Jupiacy Tadeu Martins Belo

Diretor Desportivo

Brig Ar Paulo Roberto de Oliveira Pereira

Diretor Aerodesportivo

Cel Av William Cristovam

Assessores

Social - Brig Inf Augusto Cesar Amaral
Financeiro - Cel Int Jailton Porto de Faria
Administrativo e Pessoal - Cel Av Luiz dos Reis Domingues

SEDE LACUSTRE

Estrada da Figueira, nº 1
CEP: 28930-000 - Arraial do Cabo - RJ
- (22) 2662-1510 / (21) 98849-8886

Superintendente

Cap Esp Met José Renato do Nascimento

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente - Ten Brig Ar Paulo Roberto
Cardoso Vilarinho

CONSELHO FISCAL

Presidente - Maj Brig Int Manoel José
Manhães Ferreira

COMISSÃO INTERCLUBES MILITARES

Assessores Clube de Aeronáutica

Maj Brig Ar Venancio Grossi
Cel Av Araken Hipolito da Costa
Cel Av Ajauri Barros de Melo

REVISTA AERONÁUTICA

(21) 2220-3691
revista@caer.org.br

Diretor e Editor

Cel Av Araken Hipolito da Costa

Conselho Editorial

Ten Brig Ar Marco Aurélio Mendes
Maj Brig Ar Marco Antonio Carballo Perez
Cel Av Bruno Pedra
Cel Av Renato Paiva Lamounier
Cel Av Araken Hipolito da Costa

Relações Públicas

Cecilia Ferreira

Produção Editorial e Design Gráfico

Núbia Santos

Revisão

Lara Alves

Administrativo

Matheus Martins

As opiniões emitidas em entrevistas e em matérias assinadas estarão sujeitas a cortes, no todo ou em parte, a critério do Conselho Editorial. As matérias são de inteira responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião da revista. As matérias não serão devolvidas, mesmo que não publicadas.

/clubede aeronauticarj



@clubede aeronauticarj

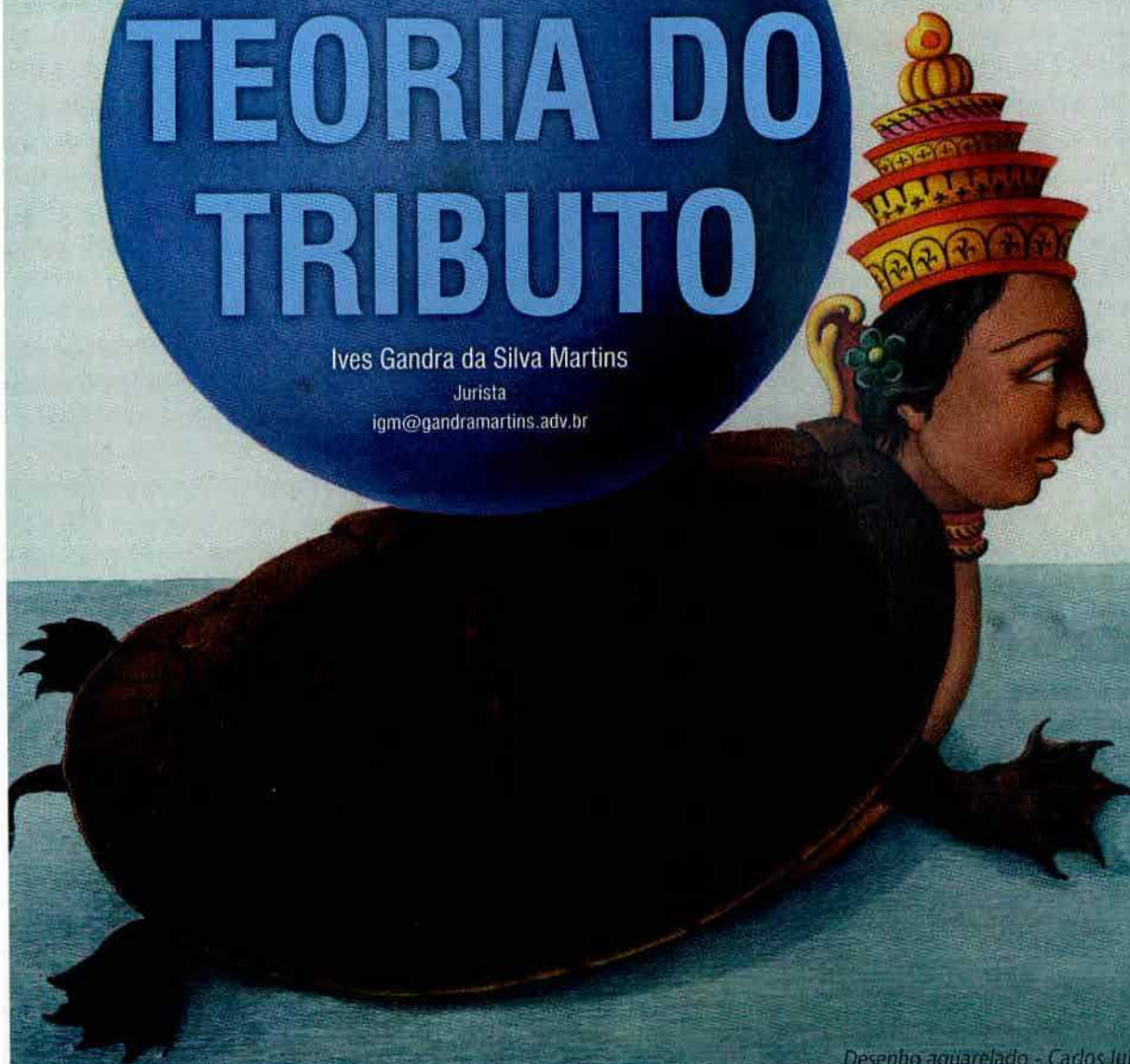
www.caer.org.br

UMA TEORIA DO TRIBUTO

Ives Gandra da Silva Martins

Jurista

igm@gandramartins.adv.br



Desenho aquarelado - Carlos Julião (1740-1811)

No século XX, o homem começou a explorar os espaços exteriores à atmosfera e a desvendar o Universo, ainda que de forma superficial e com falhas consideráveis nos diagnósticos e nas conclusões. A cada nova descoberta, deslumbra-se com novidades observadas na imensidão sidérea e modificam-se afirmações apressadas, a maior parte delas formuladas ao tempo das investigações possíveis apenas por telescópios.

A teoria do "Big Bang", ou seja, da grande explosão que originou o Universo, ainda permanece. De certa forma, o "Big Bang"

já era conhecido, metaforicamente, – na palavra revelada do Velho Testamento – pelo povo judaico, sem maior cultura astronômica, como o "Fiat Lux" do Gênesis.

Também o povo judaico não desconhecia a ordem da evolução sofrida pelo planeta Terra, depois de seu surgimento há 5 bilhões de anos, que correspondem, em números temporais fantásticos, aos seis dias da criação, até o aparecimento do homem, ainda na linguagem poética própria do inspirado autor do Velho Testamento.

Discute-se, hoje, se a teoria formulada, na década de 70 do século passado, seria consistente, ou seja, que a explosão lança os diversos corpos sidéreos na imensidão vazia do Universo, o qual ainda se encontraria em expansão, havendo a possibilidade de uma inflexão em milhões ou bilhões de anos, com a atração destes corpos novamente para o centro da explosão por força da gravidade inerente aos entes sidéreos.

Hoje, já se admite que o Universo continuará em expansão, indefinidamente, não havendo força gravitacional suficiente para reverter o processo. Este, possivelmente, se esgotará nas sucessivas explosões, formação de novas estrelas, surgimento de quasares, estrelas novas, galáxias, absorções em buracos negros, até que a energia originada do "Big Bang" tenha findado, quando tudo retornará, novamente, à imensa solidão de um vazio sem limites, que seria o Universo antes do "Big Bang".

Tal teoria, como a anterior – ou outras que certamente virão a ser formuladas –, carece, ainda, de prova científica cabal, visto que o homem engatinha, em suas especulações, em um modestíssimo planeta, de um modesto sistema solar, dentro de uma das bilhões de galáxias existentes no Universo, galáxia esta da qual o homem sequer consegue definir os contornos, corpos internos e dimensão, todos os dias surgindo novidades sobre os elementos que a compõem.

O pioneiro e já superado Carl Sagan, costumava usar a imagem de que há mais corpos sidéreos no Universo do que grãos de areia nas praias da Terra, para mostrar a infinitude do que se pretende explorar e a insignificância de nossa existência.

Hoje, ainda, tem-se por mais seguro – embora não seja o mais certo – que o "Big Bang" teria ocorrido em torno de 15 bilhões de anos atrás, muito embora especule-se que alguns dos sistemas explorados podem ter mais de 17 bilhões de anos. Carl Sagan chegou a colocar uma possível diferença de 5 bilhões de anos para mais, da ocorrência do "Big Bang". Vale dizer, na década de 1970, tinham os idealizadores – entre os quais se encontrava o admirável Carl Sagan – das naves espaciais "Voyager", que já deixaram o sistema solar, mas continuam a enviar mensagens para a Terra, na sua aventura pelo Universo, uma pequena dúvida sobre se o "Big Bang" teria ocorrido há 15 ou 20 bilhões de anos! Uma modesta diferença de 5 bilhões de anos, na determinação do momento do "Big Bang". Uma insignificante dúvida de cinco bilhões sobre a origem do Universo! Hoje, inclusive, admite-se que o "Big Bang" tenha ocorrido há 13 bilhões de anos, e não há 15.

O que não suscita dúvida, todavia, é que o Sol, em, no máximo, 5 bilhões de anos, deverá explodir quando consumir os elementos que o compõem, explosão que absorverá os planetas próximos, certamente Mercúrio e possivelmente Vênus e Terra. Com isso, a imagem de São Pedro – que também não era especialista em assuntos espaciais –, na segunda epístola, é possivelmente correta, ao dizer que a Terra será consumida pelo fogo, no fim dos tempos.

O certo é que, em face da imensidão do Universo, da ignorância humana na confirmação de seus aspectos periféricos e da absoluta falta de dados sobre as causas do "Big Bang", a razão de ser, o porquê do Universo e o sentido de seu desaparecimento, é de se admitir que a aventura humana é fantásticamente pequena, insignificante, sem qualquer expressão.

Saindo da casa dos bilhões de anos para a dos milhões e dos milhares, no ano 2004, levantou-se a tese de que o primeiro homem, isto é, a primeira espécie do *homo sapiens* não teria surgido há 160 mil anos, mas há 190 mil, muito embora espécies de animais semelhantes ao *homo sapiens* tenham sua origem bem mais remota.

A vida poderia ter surgido na Terra entre 3,5 a 4 bilhões de anos, sendo que apenas a espécie dos dinossauros dominou o planeta por 150 milhões de anos, tendo desaparecido há 65 milhões de anos por causas ainda hoje inexplicadas. Várias teorias foram aventadas sobre o desaparecimento dos dinossauros, inclusive a do choque de um corpo sidéreo, no Golfo Pérsico, que teria gerado as correntes quentes de água existentes até hoje, e provocado um inverno nuclear, responsável pela extinção da espécie jurássica, em pouco tempo, por falta de alimentos.

O certo é que, nessa escala fantástica de anos multiplicados aos milhares, milhões e bilhões, as primeiras manifestações artísticas e culturais do homem datam de 20 mil anos (cavernas de Lescault ou Altamira), as ruínas de Jericó datam de 9 mil anos, e a história narrada, propriamente dita, começa há modestíssimos 6 mil anos.

Em outras palavras, tudo o que valorizamos, na aventura humana, é de uma insignificância brutal, mesmo admitindo o conjunto de todas as manifestações concernentes ao homem. O que vale dizer: a história do ser humano, em dimensões galácticas, não tem qualquer expressão. E sua única expressão, a meu ver – mas não é objeto deste artigo – de dimensões específicas, está no mistério da alma e da metafísica, ou seja, nas relações do homem com Deus, única hipótese não materialista, a dar significado ao homem, visto que, no aspecto mental, sua superação é infinita, e, como o Universo, o pensamento não tem limites.

É nesse ponto que reduz a expressão quase nenhuma o significado do ser humano, individualmente, e em sociedade.

Em outras palavras, a insignificância da história humana, enquanto apenas, em sua fantástica e minúscula aventura no Universo, à luz dos acontecimentos, demonstra que, no momento em que o homem se tornou um ser social, isto é, no momento em que teve consciência de sua racionalidade, surgiram quatro classes diferentes de pessoas, a saber: os governantes, ou aqueles que exerciam o poder e que se consideravam superiores ao povo; os produtores de riqueza, em um segundo patamar inferior, antes das democracias modernas e sujeitos ao humores dos detentores do poder; o povo, em geral, subordinado a governantes e produtores de riquezas; e os escravos.

A formação dos pequenos núcleos organizados, há dezenas de milhares de anos, leva, necessariamente, a esta repartição social, que permanece, de rigor, até hoje, exceção feita aos escravos, com uma multiplicação de áreas para os produtores de riquezas, inclusive de **natureza imaterial**. Em grandes linhas, entretanto, a sociedade é dividida entre os detentores do poder e o povo, este servindo muito mais de tema para as campanhas políticas da modernidade do que exercendo o papel de real destinatário das grandes conquistas da civilização moderna.

No mundo moderno, mesmo em relação aos países mais desenvolvidos, a maior parcela do povo continua sendo a das pessoas que, na realidade, têm direitos reduzidos. Embora seus direitos sejam decantados, nas leis e Constituições, o povo está fadado a servir, a obedecer e a prestar-se, como massa de manobra, para os que ambicionam o poder e procuram iludi-lo com suas promessas, raramente cumpridas.

Os produtores de riquezas, no Estado moderno, elevaram, consideravelmente, seu *status* em relação aos detentores do poder, hoje ganhando dimensão relevante para influir no destino dos que querem ou exercem o governo.

Não estão mais naquela condição de terem de, habilmente, conviver com o absolutismo do poder, em todos os tempos e todas as civilizações.

O certo, todavia, é que a vida em sociedade, quando o Estado se forma, não esconde a realidade – mais monotona detectada – de que o Poder e os seus detentores continuam sendo, nas diversas categorias sociais, os mais importantes, estando os outros setores, mais ou menos subordinados, na condição de permanentes geradores de recursos para a manutenção daqueles.

Ainda hoje, como o era nos tempos primitivos, quem governa é quem determina os destinos de um povo – ou, no concerto das nações, aqueles que, por governarem os países mais fortes, determinam não só o destino de seu povo, como o das demais nações.

E, neste contexto – hoje incomensuravelmente mais sofisticado na definição de políticas e de ambições de poder, do que nos tempos primitivos –, os candidatos são menos preparados que, em face dos desafios da época, era a classe dirigente primitiva. O poder, hoje, obtém-se independentemente da aptidão do candidato, de sua competência, de seu talento ou de sua habilidade. Os estadistas continuam raros e vicejam os políticos e os burocratas – ou, no dizer de Tofler, os integradores do poder, formatados por mestres da publicidade e do *marketing*.

É nessa perspectiva, portanto, que a manutenção da ordem social – sempre tripartida em governantes, produtores de riqueza e povo – dá suporte e nutre o poder como nutrira, no curso da história. O tributo torna-se, portanto, o mais relevante instrumento de domínio, desde o alvorecer da sociedade organizada.

Apesar de a análise do tributo, pelas diversas ciências sociais, não ter sido realizada de forma a revelar a sua relevância, o

certo é que, para efeitos do domínio e do poder, se trata do mais importante elemento, com reflexos em cada uma delas.

Sua análise conjunta está demonstrando que, para a categoria dos indivíduos da 1ª classe da escala social, ou seja, os governantes, o poder é que os distingue e lhes dá força. O poder só se mantém por força do tributo, que, certamente, é relevantíssimo para que os governantes, que dele usufruem, alimentem seus planos presentes e futuros de governo. Mesmo quando prestam serviços públicos, o retorno em serviços à comunidade é menor do que deveria ser, pois seu ideal maior é o poder pelo poder.

Nessa escala social tripartida, as duas outras classes sociais são as principais responsáveis pela geração de recursos para a primeira. O tributo, pela primeira classe social usado em seus desígnios maiores de governo (são os governantes), é também utilizado, em seu efeito colateral, em serviços públicos no Estado moderno, em nível mínimo possível para que os produtores de riqueza e o povo não cheguem a explodir, como, algumas vezes, ocorreu na história.

Voltando a Kant, embora a realidade destes últimos dois séculos de sua teoria não tenha trazido grande evolução na participação das 2ª e 3ª classes sociais na formulação de políticas tributárias e na geração da paz, venço-me de que começamos a entrar em uma era em que a convivência comunitária entre as nações e a disputa por mercados poderão gerar a inflexão necessária para que o nível impositivo destinado, fundamentalmente, à manutenção dos detentores do poder no poder, comece a exteriorizar elemento de desequilíbrio na competitividade entre as nações. Tal fato poderá provocar, por uma questão de sobrevivência, pela primeira vez na história, uma tentativa de se fazer do tributo um instrumento de justiça fiscal e social e de desenvolvimento econômico, mais destinado às 2ª e 3ª categorias do que à 1ª.

Enfim, por enquanto, o tributo ainda é uma norma de rejeição social, com destinação maior à manutenção dos detentores do poder, e grande instrumento de exercício do poder por parte destes, com alguns efeitos colaterais positivos a favor do povo, quando há algum retorno de serviços públicos. Por enquanto, serve mais aos detentores e aos seus amigos do que aos produtores da riqueza e ao povo. No futuro, todavia, a globalização da economia poderá levar a ter uma função social maior, não por mudança de perfil dos governantes, mas por força da necessidade de sobrevivência.

Como dizia Bobbio, o século XX foi o século do reconhecimento dos direitos; o século XXI poderá ser aquele da efetividade dos mesmos, quando os contribuintes possivelmente poderão ter um tratamento mais digno por parte dos controladores e uma carga tributária mais justa e mais adequada à prestação de serviços públicos, entre os quais o de ações sociais efetivas. Até lá, mantenho a minha teoria de que o tributo é apenas um fantástico instrumento de domínio, por parte dos governantes.